

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina . Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobrelaja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC
Fone/FAX: (048)3222.4668
imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br
Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 1088

PCS pode entrar na pauta da CFT no dia 11

Servidores devem enviar mensagens para pressionar membros da Comissão

Servidores do Judiciário Federal de todo o país retomarão, em abril, as pressões nos corredores da Câmara dos Deputados, com o objetivo de convencer os membros da Comissão de Finanças e Tributação a votar o PL 6613/09, que revisa o Plano de Cargos e Salários. No dia 11 de abril haverá sessão da CFT que poderá votar o PL 6613/09, conforme compromisso firmado pelo relator do projeto, deputado Roberto Policarpo (PT-DF), pelo presidente da Comissão, Antônio Andrade (PMDB-MG) e por outros deputados, tanto da base do governo como da oposição.

O compromisso foi firmado na sessão do dia 21 de março e alguns deputados se manifestaram favoráveis à iniciativa. Pauderney Avelino (DEM-AM), por exemplo, iria apresentar requerimento de inclusão do projeto na pauta daquele dia, mas abriu mão de sua iniciativa devido ao acordo apresentado pelo relator do PL 6613/09. O deputado André Vargas (PT-PR), que na reunião anterior votou contra o requerimento de inclusão de pauta, disse no dia 21 de março, como deputado da base do governo, que o acordo, que é para pautar e votar o projeto, será

cumprido.

A Fenajufe lembra que no ano passado acordos semelhantes a esses foram quebrados e, por isso, a pressão dos servidores é imprescindível para que agora os parlamentares cumpram com sua palavra. Além de convencê-los a votar o projeto, é preciso ainda pressionar os deputados da base do governo a ajudar nas interlocuções para que o Palácio do Planalto aceite a negociar um acordo orçamentário que atenda aos interesses dos servidores. Os Sindicatos estão procurando os deputados de seus estados antes mesmo do dia 11, e pressionado para que os membros da CFT já venham para sessão convencidos da reivindicação dos servidores.

Os servidores devem também reforçar a campanha com o envio de e-mails aos membros da CFT. "Vamos encher a caixa de mensagens deles com todos os argumentos favoráveis ao nosso pleito. Os membros da CFT precisam vir para a sessão do dia 11 convencidos de que devem aprovar o PCS", explica Cleo Vieira, coordenador da Fenajufe. O SINTRAJUSC irá disponibilizar o link para envio de mensagens. É importante esclarecer que a pos-

sível aprovação na Comissão é apenas mais uma etapa. A garantia do PCS irá depender da luta dos servidores, porque há mais desafios pela frente até chegar o projeto chegar ao Plenário e ser aprovado.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÕES SETORIAIS

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores as datas, locais e horários das seguintes Reuniões Setoriais: Justiça do Trabalho: dia 16 de março de 2012, às 13 horas, no TRT; Justiça Federal: 17 de abril de 2012, às 17 horas, na sede da JF na Capital; Justiça Eleitoral: dia 18 de abril de 2012, às 13 horas, no TRESA. Os pontos de pauta são os seguintes:

- 1 - informes;
- 2 - mobilização para a campanha salarial.

Florianópolis, 03 de abril de 2012
Coordenação Geral do SINTRAJUSC

Após aprovação do Funpresp, Dilma libera verbas para parlamentares

Poucas horas depois de o Senado ter aprovado o projeto de lei que privatiza a previdência dos trabalhadores públicos, o governo Dilma anunciou que abrirá os cofres para emendas parlamentares.

Aprovado no Senado na quarta-feira (28), o Funpresp representa um dos mais sérios ataques que a previdência dos trabalhadores públicos já sofreu. E no mesmo dia da sua aprovação no Senado, a Ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, declarou ao portal G1 que começaria "a chamar líderes partidários para discutir a liberação de verbas, a partir do próximo mês, de emendas parlamentares (verbas para obras locais)".

Eleições apressam a liberação de verbas

A pressa da ministra em antecipar emendas está nas eleições municipais, pois a lei proíbe a celebração de convênios entre a

União e os municípios a partir de julho.

Sem falar em valores, a ministra disse ter chamado os líderes para que apresentem uma lista de prioridades. "Há um pedido legítimo e justo dos parlamentares porque como esse ano temos a lei eleitoral, que a partir de julho não permite mais convênios, repasse de recursos, de que esse ano nós pudéssemos ter o início do empenho antes", disse, comemorando a aprovação do projeto.

O severo ataque que a previdência dos trabalhadores públicos sofreu com a aprovação deste projeto parece ter encerrado um princípio de crise entre o Planalto e a base aliada. Princípio que residiria na derrota sofrida por Dilma no Senado, que rejeitou uma indicação sua para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Na mesma entrevista coletiva, a ministra Ideli reafirmou que

a base aliada deu total apoio ao governo. "A base não nos faltou em nenhuma votação relevante, em termos de projetos, votações inclusive extremamente difíceis, tivemos sempre o apoio da base", disse. O projeto segue para a presidente Dilma, que tem 15 dias para sancionar a lei e, após a sanção, o fundo deve ser criado em 180 dias.

Manobras no Senado para aprovar a privatização da previdência

Embora unânime, a aprovação do PLC 02/2012 no Senado foi fortemente contestada por entidades de servidores. Não houve votação nominal, assim os partidos PT, PMDB, DEM, PSDB, PSB, PTB, PDT e PCdoB votaram "fechados" no projeto que privatiza a previdência do serviço público.

Fonte: Sintrajud, com informações do portal G1.

NOTAS

*Os Agentes de Segurança do TR reúnem-se no dia 12 de abril, na sala dos motoristas, às 13 horas, para debater a TAF e questões específicas.

*Os servidores do TRESA reúnem-se no dia 13 de abril, no Tribunal, às 16 horas, para debate a assistência à saúde.

*Veja hoje, na página do SINTRAJUSC, a galeria de fotos da Marcha a Brasília